

# ADVOCACIA MESQUITA

Mesquita, Figueiredo, Zampolli e Cassiano

## INCERTEZAS JURÍDICAS

O Brasil é o país do futuro, isso todo mundo já ouviu falar. Rico em recursos naturais, com um grande território, uma população jovem, sem invernos rigorosos, furações ou terremotos. Entretanto, de forma impressionante, custa em chegar perto dos países considerados evoluídos, estando na retaguarda em diversos índices internacionais que revelam a prosperidade de um país.

Com essa percepção, a população começa a discutir porque o país “não vai pra frente”. A sensação de que estamos “patinando”, com tantos técnicos, economistas e políticos promissores é realmente muito frustrante.

Um dos fatores que segura esse país é a grande incerteza jurídica que temos com relação aos mais diversos negócios que são essenciais à evolução da economia. Pessoas com capital deixam de investir em imóveis, pois não têm a certeza de que na venda receberão o pagamento dos compradores, ou que na locação poderão retomar com rapidez o imóvel, no caso de falta de pagamento. Justifica-se a alta taxa de juros em virtude das dificuldades de recebimento do crédito em caso de inadimplência. Entre empresas também há insegurança, pois os empresários não sabem se podem contar com a Justiça se houver quebra de contrato por seus fornecedores ou falta de pagamento caso as empresas clientes não paguem.

A incerteza jurídica não afeta somente as empresas, mas também os consumidores e empregados. Engana-se quem pensa que os custos indiretos da incerteza jurídica e da morosidade do Judiciário não são repassados ao preço final, além da taxa de juros nas compras a prazo. Também há redução do nível salarial, diante da dúvida com relação aos encargos trabalhistas a pagar e riscos com relação a Reclamações Trabalhistas.

Também se deve considerar como custo a falta de fiscalização com relação à parte tributária, trabalhista etc... Isso mesmo, apesar de se imaginar, em primeiro plano, que a falta de fiscalização permite um barateamento no preço dos produtos, na realidade, as irregularidades e a concorrência desleal permitidas pela falta de fiscalização, geram um enorme encargo social e econômico. Isto porque em muitos setores é quase impossível se manter uma empresa cumprindo toda a legislação fiscal e trabalhista, pois as estabelecidas já operam de forma irregular, tornando impossível uma concorrência leal.

Basta citar, como exemplo, o ramo da venda de CD e DVD, onde a pirataria tem sufocado a venda regular desses produtos. Isto implica em um custo econômico, pois impede a formação de empresas que estariam mantendo empregos regulares e pagando seus impostos. Entretanto, para que o sistema funcione, antes de tudo, é necessária uma reforma tributária, reduzindo e simplificando os

# ADVOCACIA MESQUITA

Mesquita, Figueiredo, Zampolli e Cassiano

impostos existentes, permitindo o crescimento dentro da legalidade.

Até no campo criminal, em virtude da falta de aplicação rápida e certa da lei penal, há um custo econômico, além do social, decorrente do acréscimo da violência, obrigando a contratação de equipamentos de segurança, vigilância particular, custos com fraudes, desvios de dinheiro, desonestidade de empregados, falências fraudulentas, etc...

Precisamos ter consciência da necessidade de um sistema jurídico seguro, onde o empregador tenha certeza de que não será processado pelo empregado, os impostos sejam e possíveis de se pagar e a lei seja clara e prontamente aplicada pelo Judiciário no caso de qualquer infração, não dando margem a incertezas jurídicas, cujo risco é repassado, de qualquer forma, a toda a população, reduzindo nossa qualidade de vida e segurança.

Lucio Mesquita - OAB/SP 138294

Advogado com especialização em Direito do Trabalho e Direito Processual Civil.